DocuSign Envelope ID: 6881E22B-0B6A-4741-9021-89976177D656

TOYOTA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS DO BRASIL LTDA. CONSÓRCIO TOYOTA

C.N.P.J. nº 43.707.203/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, da Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operacionalização:** A Toyota Administradora de Consórcios, tem como um de seus principais objetivos oferecer mais uma opção de crédito, através do sistema Consórcio, para os nossos clientes, além do compromisso em apoiar as iniciativas da montadora da marca e fomentar, através de cotas de consórcio direto ao consumidor, a comercialização desses veículos. **Desempenho:** Em setembro de 2021 a Toyota Administradora de Consórcios recebeu autorização para funcionamento, conforme legislação vigente e iniciou o desenvolvimento da infraestrutura e tecnologias. Dessa forma, inaugurou no primeiro trimestre de 2022 suas operações de consórcios na Rede de Distribuidores Toyota. **Capital Social e Resultado:** O Capital Social da Toyota Administradora de Consórcios é de R$ 15.000 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado prejuízo de R$ 1.690 mil destinado a investimentos para inicio das operações dos grupos de consórcios. **Ouvidoria:** A Ouvidoria da Administradora tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimento:** Agradecemos aos acionistas, que acreditam no produto consórcio e que não medem esforços para iniciar as operações dos grupos de consórcio no início de 2022, a rede de concessionárias pela confiança e interesse em comercializar o produto consórcio, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho nesse projeto.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022 **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Referência	31/12/2021
CIRCULANTE		**240**
Disponibilidades	Nota 2.II.b	231
Outros créditos		9
Diversos	Nota 4	9
NÃO CIRCULANTE		**13.281**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**13.082**
Instrumentos financeiros	Nota 3	12.136
Títulos e valores mobiliários		12.136
Outros créditos		946
Ativos fiscais diferidos	Nota 5	946
PERMANENTE		**199**
Intangível		199
Ativos intangíveis		199
TOTAL DO ATIVO		**13.521**

PASSIVO	Referência	31/12/2021
CIRCULANTE		**211**
Outras obrigações		211
Obrigações fiscais correntes	Nota 6a	48
Diversas	Nota 6b	163
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 8	**13.310**
Capital Social		15.000
Cotas - País		15.000
Prejuízo acumulado		(1.690)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.521**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Outras	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	15.000				15.000
Prejuízo do período	-	-	-	(1.690)	(1.690)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**15.000**	**-**	**-**	**(1.690)**	**13.310**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	15.000				15.000
Prejuízo do período	-	-	-	(1.690)	(1.690)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**15.000**	**-**	**-**	**(1.690)**	**13.310**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. (Administradora) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizado na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Administradora tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar a cada um dos consorciados, mediante ao fundo comum, a aquisição de veículos automotores, principalmente da marca Toyota. A Administradora é controlada pelo Banco Toyota do Brasil S.A. que detém 100% das cotas. A Administradora recebeu a concessão de autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 22 de setembro de 2021, foi oficialmente constituída em 29 de setembro de 2021 e o capital social integralizado em 20 de outubro de 2021. O início das atividades de vendas do produto consórcio ocorreu em 01 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022. Considerando o estágio pré-operacional da Administradora e com base no artigo 31 da Resolução BCB nº 130, a Administradora está dispensada da apresentação do relatório da auditoria independente, embora permaneça obrigatório o envio das Demonstrações Financeiras referentes a dezembro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/2020. Sendo assim, são apresentados o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas notas explicativas. Os demonstrativos que são específicos da Administradora em atividade: Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada e Demonstração dos recursos de consórcio consolidada, não serão apresentados, pois a operação foi iniciada apenas em fevereiro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: I. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Administradora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Informamos que alguns números inclusos nas demonstrações financeiras foram submetidos a ajustes de arredondamento, sem implicar em distorção das informações prestadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não existem registros nos demonstrativos contábeis dos grupos de consórcio, apenas da Administradora, pelo motivo exposto anteriormente na nota 1 - contexto operacional. II. Principais políticas contábeis - II.I Administradora: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pela administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2021
Disponibilidades	231
Total	**231**

c) Instrumentos financeiros - I. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo as aplicações em CDB contratadas com o Banco Toyota do Brasil S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados sendo classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". d) Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo os rendimentos calculados em base *pro rata temporis*, e, quando aplicáveis, as eventuais perdas sobre o valor recuperável destes ativos. e) Permanente: É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • Ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da Administradora ou exercidos com essa finalidade. São compostos por softwares (20% a.a.) registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Administração, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros. g) Demais passivos circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos. As obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. A Administradora não possui contingências em 31 de dezembro de 2021. i) Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no ano (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. j) Patrimônio Líquido: • Capital social: O capital social é composto por cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real). • Prejuízo acumulado: Refere-se ao prejuízo acumulado no período. • Lucro/prejuízo por cota: A Administradora apresenta informações de lucro líquido/prejuízo por cota, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido/prejuízo atribuível aos acionistas da Administradora pelo número médio ponderado de cotas em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 8). k) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administradora estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações da Administradora e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi reconhecido resultado não recorrente. II.I Grupos de consórcio: Ainda não há grupos em formação, o início de comercialização de cotas de consórcio ocorreu em 01 de fevereiro de 2022.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Os títulos de renda fixa, com vencimento em 11 de outubro de 2023 e percentual de remuneração de 100% do CDI, eram as seguintes:

	31/12/2021
Título de renda fixa:	
Certificado de depósito bancário - CDB	12.136
Total	**12.136**

4. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	9
Total	**9**
Circulante	9

5. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDOS: A Administradora registra os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social em atendimento ao requerido pela Circular Bacen nº 3.174/03, considerando para tanto as perspectivas de resultados tributáveis futuros e em prazos compatíveis com seu planejamento estratégico de crescimento. O incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte composição:

	31/12/2021
I - Ativos fiscais diferidos:	
Outras adições temporárias	946
Total dos créditos tributários	**946**

No exercício de 2021, foi constituído ativo fiscal diferido no montante de R$ 946 sobre diferenças temporárias. a) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos: A previsão de realização dos créditos tributários no montante R$ 946 é estimada em 20% no 1º ano, 20% no 2º ano, 20% no 3º ano, 20% no 4º ano e 20% do 5º ano. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de 0,7400% ao mês (9,25% ao ano) é de R$ 732. b) Composição e movimentação dos encargos tributários sobre o resultado do período:

	01/01 a 31/12/2021
Devidos sobre operações do período:	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.573)**
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	875
Adições/exclusões aos encargos de IRPJ e CSLL decorrentes de:	
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(938)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(63)**
Diferenças Temporárias:	
(Despesas)/receitas de tributos diferidos	**946**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**883**

* Contempla (adições) e exclusões temporárias

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES: a) Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2021
Provisão para imposto de renda	24
Provisão para contribuição social	9
Impostos e contribuições a recolher	15
Total	**48**
Circulante	48

b) Diversas:

	31/12/2021
Valores a pagar - partes relacionadas	120
Credores diversos	43
Total	**163**
Circulante	163

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: a) Os valores abaixo referem-se às transações com a empresa controladora:

	Ativo / (passivo) 31/12/2021	Receita / (despesa) 01/01 a 31/12/2021
Banco Toyota do Brasil S.A.		
Título de renda fixa	12.136	221
Valores a pagar	(120)	-
Rateiro de custos	-	(221)

As transações com partes relacionadas foram contratadas às taxas compatíveis com as de mercado, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas. b) Remuneração do pessoal chave da Administração: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi reconhecido remuneração para o pessoal chave da Administração.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Administradora é de R$ 15.000 e está dividido em 15.000.000 cotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real). A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal no exercício por conta do prejuízo acumulado na Administradora. O prejuízo líquido por ação atribuído aos acionistas do consórcio está apresentado abaixo:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Prejuízo	(1.690)	(1.690)
Média ponderada do número de ações	15.000	15.000
Prejuízo por cota	(0,11)	(0,11)

9. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Serviços técnicos especializados	1.317	1.317
Serviços de terceiros	74	74
Processamento de dados	119	119
Promoções e relações públicas	68	68
Total	**1.578**	**1.578**

b) Outras despesas operacionais:

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Despesa de rateio de custos	221	221
Total	**221**	**221**

10. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS: O gerenciamento de riscos é realizado em bases consolidadas, Administradora mais o Banco Toyota do Brasil S.A. (controlador), e sua estrutura permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados a Administradora. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela Administradora, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco. E, em função da necessidade de reporte internacional, os controles e políticas seguem as diretrizes recomendadas pela nossa matriz. A estrutura de gerenciamento de riscos possui como atribuições a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos Riscos de Crédito, Operacional, Mercado e Liquidez, Socioambiental e os demais riscos relevantes. As descrições detalhadas das estruturas que regem as atividades de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e socioambiental, podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/informativos.

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL: O planejamento de capital é realizado em bases consolidadas, Administradora mais o Banco Toyota do Brasil S.A. (controlador), e é divulgado trimestralmente informações referentes à gestão de riscos - Pilar 3, incluindo o detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), Ativos ponderados pelo Risco (RWA) e apuração da razão de alavancagem (RA). O detalhe sobre essas informações podem ser encontradas no endereço www.bancotoyota.com.br/Informativos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Conforme Resolução CMN nº 4.424/15, as instituições financeiras devem observar, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que dispõe sobre o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados. Quanto aos benefícios existentes no Banco, a Administração concluiu que não há caracterização de benefícios de longo prazo ou pós emprego que requeiram mensuração, reconhecimento e divulgação.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Referência	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**221**	**221**
Resultado de títulos e valores mobiliários		221	221
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**221**	**221**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(2.701)**	**(2.701)**
Despesas de pessoal		(889)	(889)
Outras despesas administrativas	Nota 9a	(1.578)	(1.578)
Despesas tributárias		(13)	(13)
Outras despesas operacionais	Nota 9b	(221)	(221)
RESULTADO OPERACIONAL		**(2.480)**	**(2.480)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**(2.480)**	**(2.480)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 5b	**883**	**883**
Provisão para imposto de renda corrente		(44)	(44)
Provisão para contribuição social corrente		(19)	(19)
Ativo/Passivo fiscal diferido		946	946
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS NO LUCRO		**(93)**	**(93)**
PREJUÍZO DO PERÍODO		**(1.690)**	**(1.690)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
PREJUÍZO DO PERÍODO	**(1.690)**	**(1.690)**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(1.690)**	**(1.690)**
Atribuível a participação da Controladora	(1.690)	(1.690)
Atribuível a participação de não controladores	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO	**(1.690)**	**(1.690)**
Ajustes ao prejuízo:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(946)	(946)
Prejuízo ajustado	**(2.636)**	**(2.636)**
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**3.066**	**3.066**
Aumento em títulos e valores mobiliários	(12.136)	(12.136)
Aumento em outros créditos	(9)	(9)
Aumento em outras obrigações	182	182
Integralização do Capital Social	15.000	15.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	29	29
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**430**	**430**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento do ativo intangível	(199)	(199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(199)**	**(199)**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES E CAIXA	**231**	**231**
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	231	231
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	231	231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Luciano Savoldi
Diretor-Presidente (responsável pela Contabilidade)

Jun Zaitsu
Diretor - Vice Presidente Executivo

José Roberto Gaburro
Diretor

Rafael Chang Miyasaki
Diretor

CONTADORA

Marianthe Gabriades
Contadora - CRC nº 1SP185296/O-0

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 96615741872
Data/Hora da Assinatura: 16/02/2022 | 18:59:12 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/